

Carla Pinheiro

Manual de
Psicologia
Jurídica

5ª edição

2ª tiragem

2019

saraiva  *jur*



Sumário

Nota ao leitor	11
Introdução	13
1. DA PSICOLOGIA À PSICOLOGIA JURÍDICA. UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	15
1.1. O conceito e as definições do conceito de psicologia	19
1.2. Origem e evolução da psicologia: o viés da psicologia jurídica	21
1.2.1. Origem e evolução da psicologia.....	21
1.2.2. O debate sobre a origem das capacidades humanas: um elo entre Idade Antiga e Iluminismo	22
1.2.3. O surgimento da psicologia como ciência	24
1.2.4. Wundt e o introspeccionismo	24
1.2.5. Titchner e o estruturalismo.....	25
1.2.6. James e o funcionalismo	25
1.2.7. Freud e a psicanálise.....	26
1.2.8. Watson, Skinner e o behaviorismo ou comportamentalismo	27
1.2.9. O cognitivismo	28
1.2.10. Psicologia cognitivo-comportamental	29
1.2.11. Psicologia da Gestalt.....	30
1.2.12. A informatização e a psicologia	30
1.2.13. A psicolinguística	31
1.2.14. Psicologia transcultural	32
1.3. O conceito de psicologia jurídica	33
1.3.1. Psicologia jurídica. Origem e evolução.....	35
1.3.2. Uma breve história da psicologia jurídica no Brasil ..	40
2. INDIVÍDUO, SOCIEDADE E DIREITO.....	43
2.1. Subjetividade e responsabilidade social	44

2.2. A construção histórica da doença mental	45
2.3. O normal e o patológico	47
3. PERCEPÇÃO E LINGUAGEM: DA PSICOLOGIA DO COTIDIANO À PSICOLOGIA JURÍDICA	51
3.1. A percepção.....	52
3.2. A linguagem	56
4. TRANSDISCIPLINARIDADE: DIREITO, SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E PSICOLOGIA	61
4.1. Multi, pluri, inter e transdisciplinaridade	61
4.2. Direito, sociologia, filosofia e psicologia	67
4.2.1. Sociologia, direito e psicologia	68
4.2.2. Filosofia, direito e psicologia	71
4.2.3. O fenômeno jurídico, o fenômeno social e o comportamento humano.....	77
5. OS TRANSTORNOS PSÍQUICOS, OS TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE E O DIREITO	85
5.1. Os transtornos psíquicos	86
5.2. A personalidade e os transtornos de personalidade.....	89
5.2.1. Definição de personalidade.....	90
5.2.2. Os transtornos de personalidade	90
6. A PSICOLOGIA E OS MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	93
6.1. Julgamento.....	95
6.2. Arbitragem	96
6.3. Negociação	96
6.4. Conciliação	96
6.5. Mediação	97
7. PSICOLOGIA, DIREITO CIVIL E DIREITO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	99
7.1. Incapacidade relativa e plena.....	99
7.2. Direito de família e direito da criança e do adolescente.....	102
7.3. Adoção por pares homoafetivos	107
7.4. Abandono afetivo	116
8. PSICOLOGIA E DIREITO PENAL	127

8.1. Predisposição genética.....	127
8.2. Geografia do crime.....	128
8.3. Família.....	128
8.4. Escola.....	128
8.5. Adolescência.....	128
8.6. Modalidades de delitos.....	129
8.7. Delinquência ocasional.....	129
8.8. Delinquência psicótica.....	130
8.9. Delinquência neurótica.....	131
8.10. Delinquência profilática.....	131
8.11. Imputabilidade, semi-imputabilidade e inimputabilidade.....	131
8.12. A psicologia do testemunho.....	133
8.13. Abuso sexual e pedofilia.....	136
9. PSICOLOGIA E DIREITO DO TRABALHO.....	141
9.1. A síndrome de <i>burnout</i>	142
9.2. Assédio moral.....	145
10. RELAÇÃO ENTRE JUSTIÇA, SOCIEDADE E MÍDIA.....	151
11. PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E DIREITO.....	153
12. PSICOLOGIA PREDITIVA: APLICAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS E SUA VALIDADE NO ÂMBITO DO DIREITO.....	159
13. A LUTA ANTIMANICOMIAL E A LEI N. 10.216/2001.....	181
14. PSICANÁLISE E DIREITO AMBIENTAL: DA “MÃE AMBIENTE” À “MÃE NATUREZA”.....	189
15. ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA PROTEÇÃO JURÍDICA AO IDOSO.....	195
15.1. A proteção do idoso na Constituição de 1988 e no Estatuto do Idoso, de 2003.....	195
15.2. Aspectos psicológicos diretamente envolvidos na proteção jurídica ao idoso.....	198
16. O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: O IMPACTO DAS NOVAS DIRETRIZES ACERCA DA EFETIVA INCLUSÃO E TRATAMENTO IGUALITÁRIO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	201
16.1. A Convenção de Nova York: um grande passo no caminho da inclusão.....	202

16.2. Da Lei da Reforma Psiquiátrica à Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência	203
16.3. O novo paradigma inclusivo: as principais alterações na legislação infraconstitucional provocadas pelo advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência	205
16.3.1. A tomada de decisão apoiada	206
16.3.2. Os institutos pertencentes ao novo sistema de capacidades: compreendendo a repercussão das modificações no CC e no CPC	207
16.3.3. A dissonância entre as normas inseridas no Código Civil e as normas do atual CPC: os reflexos da falta de concatenamento legislativo.....	210
16.4. O novo paradigma inclusivo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.357.....	213
17. O DIREITO HUMANO À MIGRAÇÃO E AO REFÚGIO: HUMANIDADE E ALTERIDADE	215
Referências	223